



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

**Processo nº:** 6.053/07

**Interessado:** Jonato de Mesquita Silva

**Jurisdicionada:** Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF

**Assunto:** Averbação de Tempo de Serviço

**Órgão Técnico:** Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGEP

**Sessão:** Pauta nº 61, S.Adm. nº 901, de 30.8.2016

**Publicação:** DODF nº 161, de 25.8.2016, pág. 14/15

**Ementa:** Requerimento formulado pelo servidor Jonato de Mesquita Silva, Auditor de Controle Externo, por meio do qual solicita recontagem de tempo de serviço averbado, prestado ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para fins de licença-prêmio por assiduidade. Indeferimento (Despacho nº 453/2015-Segedam). Pedido de Reconsideração. Indeferimento (Despacho nº 127/2016-Segedam). Recurso hierárquico. Não provimento (Despacho da Presidência s/n). Recurso Hierárquico ao Plenário. PARECERES CONVERGENTES. O Serviço de Legislação de Pessoal, com a aquiescência das Secretarias de Gestão de Pessoal e de Administração, bem como da Consultoria Jurídica da Presidência, sugere o conhecimento e, no mérito, o desprovemento do apelo, pois houve interrupção do tempo de serviço público prestado ao Distrito Federal. VOTO de acordo com os Pareceres.

### RELATÓRIO

Cuidam os autos de requerimento formulado pelo servidor Jonato de Mesquita Silva, Auditor de Controle Externo, por meio do qual solicita a recontagem do tempo de serviço prestado ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, para fins de concessão de licença-prêmio por assiduidade (fls. 29/31).

2. O servidor, que ingressou neste Tribunal em 23.11.2006, prestou serviço ao Corpo de Bombeiros Militar no período de 8.12.1993 a 16.12.2004 e teve esse tempo computado para fins de concessão de licença-prêmio por assiduidade, na forma a seguir:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

Início	Final	Providência Adotada
8.12.1993	6.12.1998	Licença-prêmio concedida, referente ao 1º quinquênio.
7.12.1998	5.12.2003	Licença-prêmio concedida, referente ao 2º quinquênio.
6.12.2003	16.12.2004	Período desconsiderado, tendo em vista ser insuficiente para a concessão de outro quinquênio e, ainda, em virtude do interstício entre a exoneração do CBMDF e o ingresso nesta Corte de Contas (em 23.11.2006).

Fonte: Fls. 5/9 do Processo nº 18.240/07.

3. No momento, requer a contagem do período desprezado, **6.12.2003 a 16.12.2004**, em conjunto com o tempo de serviço prestado ao Tribunal a partir de **23.11.2006**, para fins de concessão do 3º quinquênio de licença-prêmio por assiduidade.

4. O pleito foi indeferido pela Secretaria-Geral de Administração, com base no entendimento firmado no Processo nº 3.073/13 (cópia às fls. 36/38), sob a fundamentação de houve interrupção do tempo de serviço público prestado ao Distrito Federal<sup>1</sup> (Despacho nº 453/2015 – Segedam, de 9.11.2015, fl. 42).

5. Insatisfeito, o servidor interpôs o Pedido de Reconsideração de fls. 44/53, o qual foi conhecido (Despacho nº 23/2016-Segedam, de 19.1.2016, fl. 59) e, no mérito, desprovido (Despacho nº 127/2016-Segedam, de 9.3.2016, fl. 70).

6. Contra esta última decisão, foi interposto o Recurso Hierárquico de fls. 72/82, que também restou desprovido (Despacho da Presidência s/n, de 5.5.2016, fl. 100).

7. Irresignado, o servidor interpôs, em 10.6.2016, Recurso Hierárquico ao Plenário (fls. 103/124), com os seguintes argumentos:

- não houve interrupção da prestação de serviços públicos, apenas suspensão do prazo para contagem, posto que no período de 17.12.2004 a 22.11.2006 o recorrente exerceu o cargo efetivo de Analista de Orçamento no âmbito do Ministério Público da União (esfera federal);
- a legislação aplicável à matéria dispôs de maneira taxativa sobre as causas de interrupção de contagem de tempo de serviço para fins de licença-prêmio por assiduidade,

<sup>1</sup> O servidor exerceu o cargo público efetivo de Analista de Orçamento do Ministério Público da União (**esfera federal**) no interstício entre a sua saída do Corpo de Bombeiros de Militar do DF (em 16.12.2004) e o ingresso nos quadros deste Tribunal (em 23.11.2006), ou seja, no período de 17.12.2004 a 22.11.2006.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

nas quais não se enquadra a situação do interessado;

- o vínculo previsto na legislação deve ser considerado como serviço público **lato sensu**;
- a alteração promovida pela Presidência desta Corte no bojo do Processo nº 3.073/13 não deve prevalecer à Decisão nº 58/2008-AD, que fundamentou o deferimento de pleito semelhante no bojo do Processo nº 10.054/10;
- a diferença conceitual levantada quanto à licença-prêmio e à licença capacitação não justifica a não consideração do tempo prestado ao CBMDF para fins de licença-prêmio, tendo em vista que a Lei nº 9.257/97, ao transformar a licença-prêmio em licença-capacitação, preservou o cômputo do tempo residual de serviço para efeitos de licença capacitação, sendo que, no âmbito distrital, a licença-prêmio foi mantida com a Lei Complementar nº 840/11, devendo-se aplicar a legislação distrital no caso;
- no bojo do Acórdão TCU nº 44/2006 - Plenário, o TCU "*propugnou pela possibilidade de se computar tempo de serviço prestado no âmbito estadual/municipal para fins de licença-prêmio (enquanto existente), desde que não houvesse solução de continuidade na prestação do serviço, mediante a ocorrência das hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 8.112/90*", de maneira que também deve-se observar as causas interruptivas do tempo de serviço expressamente dispostas na Lei Complementar nº 840/11; e
- no bojo do Acórdão TCU nº 1746/2011 - Plenário, ao ratificar que o período em que o servidor esteve em disponibilidade não é computável para fins de licença-prêmio por assiduidade, reiterou que tal período configura suspensão e não interrupção, por não constar dos casos de interrupção previstos no art. 88 da Lei nº 8.112/90.

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

8. O Serviço de Legislação de Pessoal – SELEG, por meio da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

Informação nº 1016/2016-Seleg (fls. 127/131), de 21.6.2016, analisa a matéria nos termos seguintes:

*“2. Cabe examinar, como em todos os recursos, os pressupostos de admissibilidade do presente Recurso. Em relação ao cabimento, a espécie recursal encontra previsão nos arts. 170 e 171 da Lei Complementar nº 840/11, quando assevera:*

*Art. 170. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.*

*Art. 171. Cabe recurso:*

*I – do indeferimento do requerimento, desde que não tenha sido interposto pedido de reconsideração;*

*II – da decisão sobre pedido de reconsideração ou de outro recurso interposto.*

*Parágrafo único. O recurso é dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.*

*3. Quanto ao interesse recursal, verifica-se que o Recurso Hierárquico ao Plenário é adequado para o exame da matéria. O pleito atende ao disposto previsto no inciso I do art. 58 da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, recepcionada no Distrito Federal pela Lei nº 2.834/01, verbis:*

*Art. 58. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:*

*I – os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;*

*4. Em relação à tempestividade, observa-se que a interposição do Recurso deu-se em 10.06.16, contra o Despacho de fl. 100, publicado no Boletim Interno nº 09, de 13.05.16 (fl. 101). O recorrente atendeu, pois, o prazo de 30 dias previsto no art. 172 da Lei Complementar nº 840, litteris:*

*Art. 172. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, contados da publicação ou da ciência pelo interessado da decisão impugnada.*

*5. Quanto ao mérito, o interessado apresenta suas ponderações às fls. 103/124, para, ao final, requerer a averbação de tempo de serviço prestado ao CMBDF para fins de licença-prêmio nos seguintes termos:*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

*“(…) IV. no mérito, seja dado provimento ao presente Recurso Hierárquico, a fim de que seja reconhecida a assiduidade perante o serviço público distrital, possibilitando, por conseguinte, a contagem do tempo residual de 06/12/2003 a 16/12/2004, laborado junto ao CBMDF, para fins de licença-prêmio, consignando-se novas datas de completação do referido direito.*

6. Os argumentos do recorrente, a rigor, ainda centram-se nos mesmos aspectos do Recurso anteriormente interposto, que teve seu provimento negado pela Presidência da Casa, quais sejam:

a) A legislação aplicável dispôs de maneira expressa e taxativa sobre as causas de interrupção de serviço público, em que não se enquadra a situação do interessado, de maneira que a melhor solução para a questão reside na Decisão nº 58/2008, no sentido de que houve suspensão da contagem do tempo distrital enquanto o servidor prestou serviço à União.

b) O vínculo público previsto pela legislação deve ser considerado o serviço público lato sensu.

c) A alteração de entendimento pela Alta Administração de maneira monocrática não pode prevalecer à Decisão plenária nº 58/2008.

d) A diferença conceitual levantada quanto à licença-prêmio e à licença capacitação não justifica a não consideração do tempo prestado ao CBMDF para fins de licença-prêmio, tendo em vista que a Lei nº 9.257/97, ao transformar a licença-prêmio em licença-capacitação, preservou o cômputo do tempo residual de serviço para efeitos de licença capacitação, sendo que em âmbito distrital a licença-prêmio foi preservada com a LC nº 840/11, devendo-se aplicar a legislação distrital no caso.

e) O TCU, no Acórdão nº 44/2006, “propugnou pela possibilidade de se computar tempo de serviço prestado no âmbito estadual/municipal para fins de licença-prêmio (enquanto existente), desde que não houvesse solução de continuidade na prestação do serviço, mediante a ocorrência das hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 8.112/90”, de maneira que também deve se observar as causas interruptivas do tempo de serviço expressamente dispostas na LC nº 840/11. Também no Acórdão nº 1746/11, o TCU, ao ratificar que o período em que o servidor esteve em disponibilidade não é computável para fins de licença-prêmio, reiterou que tal período configura suspensão e não interrupção, por não constar dos casos de interrupção previstos no art. 88 da Lei nº 8.112/90.





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

7. Tem-se, mais uma vez, que tais argumentos já foram levantados pelo interessado no âmbito do Pedido de Reconsideração de fls. 44/53 e do Recurso Hierárquico de fls. 72/82. A Administração já se manifestou pelo não acolhimento de suas razões, em vista de que o posicionamento mais recente do Tribunal é no sentido contrário à pretensão do recorrente.

8. Nesta oportunidade, por dever hierárquico, cabe reiterar o entendimento de que a aspiração do servidor de aproveitar o período residual de serviço prestado ao CBMDF, entre 06/12/03 e 16/12/04, para fins de licença prêmio por assiduidade não merece prosperar, haja vista ter havido quebra do vínculo funcional com o Distrito Federal quando entrou em exercício na União, esfera administrativa que, de acordo com a Lei nº 8.112/90, inadmite a licença prêmio.

9. Na Informação de fls. 62/65, ao analisar o Pedido de Reconsideração, este Serviço assim se posicionou quanto ao mérito, no que foi seguido pela SEGEP e SEGEDAM:

4. O servidor ingressou no CBMDF em 08.12.1993, ficando até 16.12.2004. Deixou aquele ente distrital para ingressar na Procuradoria Geral da República, permanecendo pelo período de 17.12.2004 a 22.11.2006. Em 23.11.2006, foi nomeado neste TCDF, sob o regime da Lei nº 8.112/90.

5. Tendo em vista a legislação em vigor à época das averbações, o tempo federal, sob o comando da Decisão nº 56/2005, foi considerado para fins de aposentadoria, disponibilidade e ATS. Contudo esse período de 706 dias prestados à Procuradoria Geral da República, estabeleceu um vácuo entre o período do CBMDF e seu retorno ao âmbito distrital, que contraria a pretensão buscada.

6. Este Tribunal entendeu que no caso, (assim como em casos similares já analisados) houve interrupção do tempo de serviço. De outra forma não seria, eis que ao ingressar na Procuradoria Geral da República, os laços jurídicos com o CBMDF, foram definitivamente suspensos e não mais retomados.

7. Essa ruptura do vínculo funcional com o GDF, poderia não ter sido retomada. Acaso, algum tempo depois o servidor retornou via TCDF, mas a quebra da continuidade comprometeu o resguardo do direito buscado, por ausência de elemento jurídico capaz de reservar ad infinitum a situação antes reinante. Outra situação não seria, se não a de reserva de direito a quem não é mais titular destes, posto que não se encontrava sob o manto jurídico daquela esfera.

8. O inconformismo do servidor liga-se ao entendimento que esse lapso temporal, tão somente deve ser caracterizado



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

*como suspensão, retomada com seu retorno a esfera distrital. Estabelecendo desta feita uma ponte, passível de interligar o CBMDF ao TCDF, a fim de resguardar direitos e vantagens.*

*9. In casu, houve quebra de vínculo funcional, por consequência ruptura do quantum pretendido nesses autos. Os argumentos apresentados, que defendem a “suspensão” do tempo de serviço prestado ao Distrito Federal, não podem prosperar, embora não tenha havido quebra de continuidade entre os períodos distintos do CBMDF, Procuradoria Geral da República e TCDF. A ruptura com a esfera distrital, comprometeu o aproveitamento total do tempo de serviço junto ao CBMDF, restando o interregno de 06.12.2003 a 16.12.2004, para fins de licença-prêmio.*

*10. Por fim, o Pedido de Reconsideração não aponta qualquer inovação jurídica ou jurisprudencial, capaz de suscitar debate contrário aquele já estabelecido, embora se firmem em entendimento divergente, extraídos da norma regente. O seu deferimento importaria, aberratio finis legis, qual seja, estabelecer situações em que a norma assuma um mando contrário ao seu espírito.*

*11. Diante do exposto, em atenção ao Pedido de Reconsideração apresentado pelo servidor JONATO DE MESQUITA SILVA, sugere-se o não provimento de seu mérito, dando, no caso, plena eficácia ao Despacho nº 453/2015 (AP) de fl. 42, devendo os autos seguirem a superior análise.*

*10. Às fls. 86/89, em resposta ao Recurso Hierárquico interposto, este Serviço sugeriu o indeferimento do pleito do servidor, já que houve quebra do vínculo funcional com o Distrito Federal quando ingressou no serviço público federal, tendo em vista entendimento mais recente adotado por esta Corte de Contas, em conformidade com o Processo nº 3.073/13, de interesse de ELWYS PRESLEY DOS REIS.*

*11. Agora, sob os mesmos argumentos, o servidor tenciona que o Plenário decida acerca de sua situação. Em seu texto, alega que os argumentos trazidos aos autos sequer foram enfrentados pelas instâncias de análise. Segundo ele, é imprescindível a manifestação fundamentada e imparcial da autoridade competente para decidir, sob pena de ofensa ao contraditório e à ampla defesa, tendo em conta a nova orientação do Código de Processo Civil (CPC).*

*12. Sobre a aplicabilidade das novas diretrizes insertas no CPC ao presente caso, cumpre esclarecer que o processo administrativo é, em essência, distinto do processo civil. Como se sabe, o primeiro se insere no campo do Direito Público, regido, portanto, por normas próprias e princípios sui generis. Por isso que existe lei específica*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

*reguladora do Processo Administrativo - Lei nº 7.984/99, recepcionada no DF pela Lei nº 2834/01. Inversamente, o processo civil se insere no ramo do Direito Privado, ao qual se deve aplicar a literalidade do CPC. Sendo assim, a este estudo devem ser aplicados os preceitos da lei que rege o processo administrativo distrital.*

*13. Oportuno esclarecer que os pontos trazidos aos autos pelo servidor foram, sim, rebatidos pelos setores de análise deste Tribunal, mas não acolhidos. O cerne da argumentação reside simplesmente no fato de que o lapso temporal, para o interessado, deve ser caracterizado como suspensão do tempo para fins de licença prêmio, e não como interrupção. Ocorre que, como diversas vezes falado nos autos, o entendimento que se tem assentado nesta Corte é o de que, havendo quebra do vínculo funcional com o DF, há interrupção do prazo, e não suspensão.*

*14. Diante do exposto, em conta o Recurso Hierárquico ao Plenário apresentado por JONATO DE MESQUITA SILVA de fls. 103/124, sugere-se conhecê-lo para, no mérito, indeferi-lo, haja vista que o servidor quebrou o vínculo funcional com o Distrito Federal quando ingressou no serviço público federal, conforme entendimento já externado pelo Tribunal no Processo nº 3.073/13.”*

9. A Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGEP, por meio da Informação nº 360/2016 – SEGEP (fl. 132), de 30.6.2016, aquiesce às conclusões da SELEG.

10. A Secretaria-Geral de Administração – SEGEDAM, por meio da Informação nº 229/2016 – Segedam (fl. 133), de 5.7.2016, acolhe as ponderações das unidades técnicas, “*opinando pelo conhecimento do recurso interposto, fls. 103/124, e, no mérito, pelo seu desproimento, mantendo-se incólume o Despacho atacado, fl. 100, tendo em vista que houve interrupção do tempo de serviço prestado ao Distrito Federal, na linha do entendimento exarado no Despacho Presidencial proferido no Processo nº 3.073/13, não sem antes a oitiva da Consultoria Jurídica”*.

### MANIFESTAÇÃO DA CONSULTORIA JURÍDICA

11. A Consultoria Jurídica da Presidência desta Corte, por meio do Parecer nº 140/2016-CJP (fls. 134/135), de 8.5.2016, opina nos seguintes termos:

*“Preliminarmente, no que se refere à admissibilidade do recurso em*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

*questão, conforme destaca o Serviço de Legislação de Pessoal – SELEG, às fls. 127/131, foram observados os requisitos de cabimento, tempestividade e legitimidade, nos moldes dos arts. 171 e 172 da Lei Complementar nº 840/11 e 58 da Lei nº 9.784/99.*

*Quanto ao mérito, de forma acertada, lembrou o SELEG, mais uma vez o requerente repete os argumentos utilizados tanto no Recurso de Reconsideração de fls. 44/53 quanto no Recurso Hierárquico de fls. 72/82, os quais foram rejeitados pela Administração em ambas as situações, em razão do posicionamento mais recente da Corte, adotado nos autos do Processo nº 3073/13, o qual acolheu o Parecer nº 142/2014, da ilustre Consultoria Jurídica da Presidência, razão pela qual opina pelo indeferimento do pleito em exame.*

*Ainda nessa linha, por meio da Informação nº 1016/2016, o Seleg alega que os argumentos do recorrente, a rigor, ainda centram-se nos mesmos aspectos do Recurso anteriormente interposto, que teve seu provimento negado pela Presidência da Casa, quais sejam:*

*a) A legislação aplicável dispôs de maneira expressa e taxativa sobre as causas de interrupção de serviço público, em que não se enquadra a situação do interessado, de maneira que a melhor solução para a questão reside na Decisão nº 58/2008, no sentido de que houve suspensão da contagem do tempo distrital enquanto o servidor prestou serviço à União.*

*b) O vínculo público previsto pela legislação deve ser considerado o serviço público lato sensu.*

*c) A alteração de entendimento pela Alta Administração de maneira monocrática não pode prevalecer à Decisão plenária nº 58/2008.*

*d) A diferença conceitual levantada quanto à licença-prêmio e à licença capacitação não justifica a não consideração do tempo prestado ao CBMDF para fins de licença-prêmio, tendo em vista que a Lei nº 9.257/97, ao transformar a licença-prêmio em licença-capacitação, preservou o cômputo do tempo residual de serviço para efeitos de licença capacitação, sendo que em âmbito distrital a licença-prêmio foi preservada com a LC nº 840/11, devendo-se aplicar a legislação distrital no caso.*

*e) O TCU, no Acórdão nº 44/2006, “propugnou pela possibilidade de se computar tempo de serviço prestado no âmbito estadual/municipal para fins de licença-prêmio (enquanto existente), desde que não houvesse solução de continuidade na prestação do serviço, mediante a ocorrência das hipóteses previstas no art. 88 da Lei nº 8.112/90”, de maneira que também deve se observar as causas*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

*interruptivas do tempo de serviço expressamente dispostas na LC nº 840/11. Também no Acórdão nº 1746/11, o TCU, ao ratificar que o período em que o servidor esteve em disponibilidade não é computável para fins de licença-prêmio, reiterou que tal período configura suspensão e não interrupção, por não constar dos casos de interrupção previstos no art. 88 da Lei nº 8.112/90.*

*Dessa forma, tais argumentos já foram levantados pelo interessado no âmbito do Pedido de Reconsideração de fls. 44/53 e do Recurso Hierárquico de fls. 72/82. A Administração já se manifestou pelo não acolhimento de suas razões, em vista que o posicionamento mais recente do Tribunal é no sentido contrário à pretensão do recorrente.*

*Ainda sob os mesmos argumentos, alega o recorrente que os argumentos trazidos aos autos sequer foram enfrentados pelas instâncias de análise. Segundo ele, é imprescindível a manifestação fundamentada e imparcial da autoridade competente para decidir, sob pena de ofensa ao contraditório e à ampla defesa, tendo em conta a nova orientação do Código de Processo Civil (CPC).*

*Conforme exaustivo trabalho realizado pelo Seleg (informação nº 1016/2016), os pontos trazidos aos autos pelo servidor foram, sim, rebatidos pelos setores de análise deste Tribunal, mas não acolhidos. Ademais, o cerne da argumentação reside simplesmente no fato de que o lapso temporal, para o interessado, deve ser caracterizado como suspensão do tempo para fins de licença prêmio, e não como interrupção. Ocorre que, como diversas vezes falado nos autos, o entendimento que se tem assentado nesta Corte é o de que, havendo quebra do vínculo funcional com o DF, há interrupção do prazo, e não suspensão.*

*Entende esta Consultoria que o Recorrente mais uma vez não trouxe quaisquer **elementos novos** para fundamentar o presente recurso, ou seja, os pedidos contidos no Pedido de Reconsideração (fls. 44/53), Recurso Hierárquico (fl. 72/82), e no presente recurso, já foram exaustivamente debatidos quando da apreciação do pedido de reconsideração, circunstâncias já analisadas por este Tribunal.*

*Nesse diapasão, o recorrente traz mera reiteração de argumentos utilizados e já enfrentados, ou seja, não traz nova circunstância a ensejar pretensão revisional da derradeira decisão, uma vez que os argumentos utilizados pelo recorrente nesta fase, já terem sido apreciados em recurso que já fora decidido recentemente, pela Presidência desta Corte, motivo pelo qual, é de rigor seu não provimento.*

*Destarte, esta Consultoria Jurídica, restrita aos aspectos jurídico-formais, opina:*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

*I – pelo conhecimento do Recurso Hierárquico ao Plenário, de fls. 103/124, apresentado pelo servidor JONATO MESQUITA SILVA, em face do Despacho Presidencial de fl. 100, o qual indeferiu seu recurso anterior (fls. 72/82), destinado a reformar decisão que negou a averbação do período residual do tempo de serviço prestado ao CBMDF (06/12/03 a 16/12/04) para fins, inclusive, de licença-prêmio por assiduidade, tendo sido observados os requisitos de cabimento, tempestividade e legitimidade, nos moldes dos arts. 171 e 172 da Lei Complementar nº 840/11 e 58 da Lei nº 9.784/99; e*

*II – no mérito, pelo improvimento do recurso, tendo em vista que houve interrupção do tempo de serviço público prestado ao Distrito Federal, na linha do entendimento exarado no Despacho Presidencial proferido no Processo nº 3073/13, mantendo-se o inteiro teor do Despacho de fl. 100, tendo em vista que o recorrente não sustentara novas circunstâncias para ensejar sua nova aspiração impugnativa, sendo elas manifestamente REITERATIVAS.”*

12. Em complemento ao Parecer suso transcrito (fl. 136), o Sr. Consultor Jurídico deste Tribunal consignou, em 11.7.2016, que:

*“Submetemos o presente processo à elevada consideração superior, da Egrégia Presidência, com a inclusa manifestação desta Consultoria Jurídica, consubstanciada neste Parecer do ilustre Assessor Jurídico, Dr. Bruno Franco Lacerda Martins, no sentido de que se conheça deste segurado recurso hierárquico, mas que se lhe negue provimento, mantendo-se em seus termos e pelos seus jurídicos fundamentos o ato recorrido, **porquanto o tempo de serviço prestado ao CBMDF, de 6.12.2003 a 16.12.2004, é fracionado e foi interrompido, em relação ao ingresso do servidor neste Tribunal, em 23.11.2006.**”* (grifos acrescidos)

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

### VOTO

13. Nesta fase, analisa-se o recurso hierárquico ao Plenário do servidor Jonato de Mesquita Silva, Auditor de Controle Externo, contra os termos do Despacho da Presidência s/n (fl. 100), que negou provimento ao recurso que visava a revisão dos termos dos Despachos da Secretaria-Geral de Administração (fls. 42 e 70).

14. Referidos despachos indeferiram o requerimento de fls. 29/31, por meio do qual o Auditor pleiteava a reconsideração do tempo de serviço residual prestado ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF (6.12.2003 a 16.12.2004) para fins de licença-prêmio por assiduidade, e, por conseguinte, a retomada da contagem a partir de seu ingresso no TCDF, em 23.11.2006.

15. As unidades técnicas e a Consultoria Jurídica sugerem o conhecimento, e, no mérito, o desprovemento do apelo, pois consideram que ocorreu **quebra de vínculo funcional e interrupção** do tempo de serviço prestado ao Distrito Federal, em linha com o entendimento exarado pela Presidência desta Corte no bojo do Processo nº 3.073/13<sup>2</sup>.

16. Preliminarmente, verifica-se que o recurso deve ser admitido, pois atende aos requisitos estabelecidos nos arts. 171 e 172<sup>3</sup> da Lei Complementar nº 840/11 e no art. 58<sup>4</sup> da Lei nº 9.784/99.

17. A questão debatida versa sobre a possibilidade de contagem, para fins de concessão de licença-prêmio por assiduidade, de tempo de serviço prestado **em períodos fracionados e não contínuos** ao DF.

18. Verifica-se, no caso em tela, que o recorrente pertencia aos quadros do CBMDF (8.12.1993 a 16.12.2004), em seguida ocupou cargo

<sup>2</sup> No bojo do Processo nº 3.073/13, analisou-se, entre outros itens, requerimento do servidor Elwys Presley dos Reis, que visava o reconhecimento do tempo de serviço prestado à Secretaria de Estado de Educação do DF para fins de concessão de licença-prêmio por assiduidade. O pleito foi indeferido pelo Presidente desta Corte à época, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, o qual, acolhendo o entendimento esposado pela Consultoria Jurídica, concluiu que ocorreu ruptura do vínculo funcional com o DF (no interstício entre os cargos distritais – SES e TCDF-, o servidor exerceu cargo público na esfera federal), e, por conseguinte, interrupção do tempo do serviço prestado à esfera distrital.

<sup>3</sup> Art. 171. Cabe recurso: [...]

II da decisão sobre pedido de reconsideração ou de outro recurso interposto.

Parágrafo único. O recurso é dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

Art. 172. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de trinta dias, contados da publicação ou da ciência pelo interessado da decisão impugnada.

<sup>4</sup> Art. 58. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

I – os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

público no âmbito do Ministério Público da União (17.12.2004 a 22.11.2006) e, por fim, ingressou nos quadros desta Corte (desde 23.11.2006).

19. Neste Tribunal, o tempo de serviço prestado ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal foi considerado integralmente<sup>5</sup> para efeitos de aposentadoria, disponibilidade e adicional por tempo de serviço.

20. No tocante à licença-prêmio, foram concedidos<sup>6</sup> ao servidor 2 (dois) quinquênios, referentes aos períodos aquisitivos de 8.12.1993 a 6.12.1998 e 7.12.1998 a 5.12.2003. À época, o período restante, **6.12.2003 a 16.12.2004** (objeto do apelo), foi considerado insuficiente para perfazer o 3º quinquênio<sup>7</sup>.

21. Matéria semelhante já foi objeto de exame pelo e. TJDF (Processo nº 2006.01.1.009694-5). O MM. Juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública do DF julgou improcedente a pretensão formulada por servidora, de averbar tempo de serviço prestado em vínculo anterior para fins de concessão de licença-prêmio, por considerar que o interstício de **1 (um) dia** entre a exoneração de um cargo (SES/DF) e o início do exercício em outro (PCDF), **ambos distritais**, configurou **interrupção** do exercício de atividade, em violação ao então art. 87<sup>8</sup> da Lei nº 8.112/90, em sua versão distrital<sup>9</sup>.

22. A sentença foi mantida em sede de apelação. A 1ª Turma Cível do TJDF, por unanimidade, prolatou o Acórdão nº 314.392, **in verbis**:

*“ADMINISTRATIVO. LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE. ART. 87 DA LEI N. 8112/90. INTERRUÇÃO DO EXERCÍCIO DE CARGO PÚBLICO. SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE. COMPROVAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. Havendo interrupção de exercício de atividade entre a vacância de um cargo público e a entrada em exercício do novo cargo, não faz jus o servidor à Licença-Prêmio por assiduidade, situação que atenta contra a regra contida no art. 87 da lei n. 8.112/90. Recurso desprovido.*

*(Acórdão nº 314392, 20060110096945APC, Relator: LÉCIO RESENDE, Revisor: NATANAEL CAETANO, 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 16/07/2008, Publicado no DJE: 21/07/2008. Pág. 28)”*

<sup>5</sup> Demonstrativo à fl. 9 e Despacho nº 077/2007 – DGA (fls. 18/19 dos autos).

<sup>6</sup> Despacho nº 094/2007 – DRH, de 18.6.2007 (fl. 9 do Processo nº 18.240/07).

<sup>7</sup> Informação nº 235/2007-SECAF às fls. 5/6 do Processo nº 18.240/07.

<sup>8</sup> Art. 87 Após cada quinquênio **ininterrupto** de exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

<sup>9</sup> A Lei nº 8.112/90 foi recepcionada por meio do art. 5º da Lei Distrital nº 197 de 4.12.1991.





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

23. Na ocasião, o Revisor, Exm<sup>o</sup>. Desembargador NATANAEL CAETANO consignou o que segue quanto aos **efeitos do tempo de serviço prestado por servidor do Distrito Federal a outros entes federativos**, como a União:

*“Inferre-se das normas que regem a matéria que **é assegurado ao servidor do Distrito Federal averbar o tempo de serviço prestado a outros entes federativos tão-somente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.** [...]”*

*A corroborar o entendimento da inaplicabilidade do Art. 100 da Lei 8.112/90 no âmbito do Distrito Federal, tem-se que o Art. 41, § 3º da Lei Orgânica do Distrito Federal prevê, expressamente, que o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade, silenciando-se quanto às demais vantagens. **O texto é claro o suficiente de forma a não se permitir interpretação diversa daquela segundo a qual o tempo de serviço prestado a outros entes federados não são considerados para efeito de adicionais e licença-prêmio por assiduidade.** [...]”*

*A tese encontra amparo, ainda, na Constituição Federal que determina, em seu Art. 40, § 3º que “o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade”. **Ao que parece, o referido dispositivo põe termo a todas as divergências pertinentes à matéria.** [...]”*

*Por tudo o que restou exposto é que se infere das normas supracitadas que **ao servidor do Distrito Federal é assegurado o direito de averbar o tempo de serviço prestado a outros entes federativos tão-somente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.**” (grifos acrescidos)*

24. A autora, insatisfeita com os termos do **decisum**, interpôs o Agravo de Instrumento nº 1.123.139 – DF, o qual teve o provimento negado pelo e. Superior Tribunal de Justiça, ocorrendo o trânsito em julgado em 26.6.2009.

25. Ressalta-se que o entendimento foi firmado ainda na vigência das disposições da Lei nº 8.112/90, em sua versão distrital. Não obstante, a atual Lei Complementar nº 840/11 dispõe, de forma semelhante, que o tempo de serviço prestado a outros entes federativos, como a União, é contado apenas para efeito de disponibilidade, nos termos de seu art. 166, inciso 1º.

---

<sup>10</sup> Art. 166. Conta-se para efeito de disponibilidade:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

26. Pelo exposto, conclui-se que carece de respaldo legal o argumento do recorrente de que o tempo de serviço prestado à União no interstício entre os vínculos distritais, aproveitável apenas para fins de aposentadoria e disponibilidade, conforme legislação vigente à época, seja reconhecido como hábil a configurar hipótese de suspensão da contagem de tempo de serviço distrital para fins de concessão de licença-prêmio.

27. Quanto aos acórdãos do TCU mencionados pelo servidor, o de nº 44/2006-Plenário restringiu-se<sup>11</sup> aos servidores que ingressaram no serviço público federal sob a égide da Lei nº 1.711/52, ou seja, anterior à vigência da Lei nº 8.112/90, não se aplicando ao caso em análise.

28. Por seu turno, o Acórdão TCU nº 1746/2011 – Plenário foi fundamentado no fato de a disponibilidade remunerada de servidor decorrer de **ato unilateral e discricionário** da Administração. Na visão daquela Corte seria razoável que se ensejasse apenas a suspensão da contagem de tempo para fins de concessão de licença-prêmio por assiduidade.

29. Nestes autos a situação é diversa. O recorrente, sopesando as vantagens e desvantagens de cada vínculo profissional, decidiu, por sua própria iniciativa, tomar posse em cargo público federal, com a subsequente exoneração do cargo distrital que ocupava.

30. Outrossim, não é admissível, como ponderou a Presidência desta Corte no âmbito do Processo nº 3.073/13, (e-doc 9B764075), à época exercida pelo nobre Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, que um servidor afastado ou licenciado de seu cargo **com o vínculo mantido** com a Administração Distrital, tenha, em virtude das disposições legais<sup>12</sup>, a contagem de tempo interrompida para fins de aquisição de licença-prêmio por assiduidade e outro, exonerado em virtude de posse em cargo público em outro ente federativo, ou seja, **com quebra de vínculo** com a Administração Distrital, tenha a mesma contagem apenas suspensa, bastando para isso que,

---

I o tempo de serviço prestado a Município, Estado ou União, inclusive o prestado ao Tribunal de Justiça, Ministério Público ou Defensoria Pública do Distrito Federal e Territórios;

<sup>11</sup> **Acórdão TCU nº 44/2006 – Plenário, de 25.1.2006:** “ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em: [...] 9.1.2. não há solução de continuidade entre o término da prestação do serviço na esfera estadual e/ou municipal e seu início na esfera federal, **desde que o servidor tenha ingressado no serviço público federal ainda na vigência da Lei 1.711/52;** 9.1.3. pode ser computado, para efeito de licença-prêmio por assiduidade, o período mínimo de cinco anos prestado ininterruptamente na esfera estadual e/ou municipal, **desde que adquirido na vigência da Lei 1.711/52, e que o servidor tenha ingressado no serviço público federal anteriormente à vigência da Lei 8.112/90;** [...]”

<sup>12</sup> Art. 140. A contagem do prazo para aquisição da licença-prêmio é interrompida quando o servidor, durante o período aquisitivo:

I sofrer sanção disciplinar de suspensão;

II licenciar-se ou afastar-se do cargo sem remuneração.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

em momento posterior, venha a exercer outro cargo público distrital.

31. Noutro giro, são claras as diferenças entre os institutos da licença-prêmio por assiduidade e o da licença para capacitação, atualmente prevista na legislação federal<sup>13</sup>. A primeira exige 5 (cinco) anos de exercício **ininterruptos** para a sua aquisição, já a segunda, apenas 5 (cinco) anos (ininterruptos ou não). Não obstante, desnecessário realizar comparações adicionais, posto que a atual Lei Complementar nº 840/11 não prevê a concessão de licença para capacitação aos servidores públicos distritais.

32. Vencido estes pontos e adotados os fundamentos da decisão judicial previamente mencionada, constata-se a ocorrência de **interrupção** do exercício de atividade ao Distrito Federal, em decorrência do período de pouco mais de **2 (dois) anos** verificado entre a exoneração do recorrente de seu primeiro cargo distrital, em **17.12.2004**<sup>14</sup>, e o início do exercício no segundo cargo, em **23.11.2006**.

33. Portanto, inviável o cômputo do tempo de serviço residual prestado ao CBMDF no período de 6.12.2003 a 16.12.2004, na contagem para fins de concessão do 3º quinquênio de licença-prêmio por assiduidade, por violar, à época, as disposições do art. 87<sup>15</sup> da Lei nº 8.112/90, em sua versão distrital, e, atualmente, do art. 139<sup>16</sup> da Lei Complementar nº 840/11.

Assim, de acordo com os Pareceres, VOTO, com ajustes redacionais, no sentido que o Tribunal:

I. tome conhecimento do Recurso Hierárquico ao Plenário de fls. 103/124, interposto pelo servidor Jonato Mesquita Silva, Auditor de Controle Externo, em face do Despacho Presidencial de fl. 100;

II. no mérito, negue provimento ao apelo, mantendo íntegro o teor do Despacho da Presidência de fl. 100, tendo em vista que restou caracterizada a interrupção do exercício de atividade no Distrito Federal, decorrente do interstício

<sup>13</sup> Art. 87. Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)  
Parágrafo único. Os períodos de licença de que trata o caput não são acumuláveis. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

<sup>14</sup> DODF de 18.2.2005, Seção II, pág. 25.

<sup>15</sup> Art. 87 Após cada quinquênio **ininterrupto** de exercício, o servidor fará jus a 3 (três) meses de licença, a título de prêmio por assiduidade, com a remuneração do cargo efetivo.

<sup>16</sup> Art. 139 Após cada quinquênio **ininterrupto** de exercício, o servidor efetivo faz jus a três meses de licença-prêmio por assiduidade, sem prejuízo da remuneração ou subsídio do cargo efetivo."



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.7/A.3/S1

Fls.: \_\_\_\_

Proc.: 6.053/07

Rubrica

temporal verificado entre a exoneração do servidor do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em 17.12.2004, e o início do exercício no âmbito deste Tribunal de Contas, em 23.11.2006;

III. autorize a devolução dos autos à Secretaria-Geral de Administração para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 30 de agosto de 2016.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).

DIGITALIZADO